



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DAS VERTENTES

CASA LOURENÇO PEREIRA DE MENDONÇA

PARECER

Vem, para a análise dos membros da **Comissão Permanente de Finanças e Orçamento**, o **Projeto de Lei n.º 22, de 24 de setembro de 2025**, o qual institui o **Plano Plurianual-PPA**, para os **exercícios financeiros de 2026 a 2029**, determinando-se outras providências.

Compulsando a presente proposta legislativa, observamos que a fundamentação do referido projeto de lei encontra respaldo legal no **artigo 165, inciso I, da Constituição Federal de 1988** e na **Lei Complementar n.º 101/2000**, tendo por finalidade o planejamento e orientação estratégica para os próximos 04 (quatro) anos.

Ainda sobre o tema, o **§ 1.º, do artigo 165, da C.F/88**, nos disciplina que: *"A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada."*

No âmbito Municipal, o presente projeto de lei otimiza a execução das ações prioritárias, as quais terão execução a partir do mês de janeiro de 2026, nos seguintes eixos estratégicos: **Eixo I- Gestão e Inclusão Social**, através da saúde, assistência social, primeira infância, educação, esporte, lazer e segurança; **Eixo II- Desenvolvimento econômico**; **Eixo III- Meio Ambiente e Sustentabilidade**; **Eixo IV- Gestão do Território Rural e da Cidade**; **Eixo V- Gestão Pública, Tecnologia e Responsabilidade Fiscal**. Nesse sentido, os programas e ações do PPA serão atualizados em conformidade com a LDO e as Leis Orçamentárias Anuais subsequentes, nos termos dos **artigos 5.º e 6.º**, da presente proposta legislativa.

Acerca do prazo de tramitação da presente proposta legislativa, deverá ser observado o prazo previsto no **artigo 124, § 1.º, inciso I, da Constituição do Estado de Pernambuco**, ou



PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DAS VERTENTES

CASA LOURENÇO PEREIRA DE MENDONÇA

seja, O PPA, será encaminhado, ao Poder Legislativo, até o dia 5 de outubro do primeiro exercício de cada mandato e devolvido para sanção, até o dia 5 de dezembro do mesmo ano.

Outrossim, observamos que os artigos 11 e 14, do PL n.º 22/2025, prevê a gestão e a revisão do presente Plano Plurianual, observando-se a eficiência e efetividade do planejamento público municipal, bem como a expedição de normas complementares para atualizar a gestão do PPA.

Ante o exposto, com fundamento nos princípios administrativos da legalidade e eficiência, artigo 165, I, § 1.º, da Constituição Federal de 1988, os membros desta Comissão OPINAM PELA APROVAÇÃO do Projeto de Lei n.º 22/2025, o qual institui o Plano Plurianual para os exercícios financeiros de 2026, 2027, 2028 e 2029.

Vertentes-PE, 06 de outubro de 2025.

Kleiton Vieira de Melo
Kleiton Vieira de Melo

Presidente

Edjailson Pereira da Silva
Edjailson Pereira da Silva
Relator

Maria de Fátima Bezerra Soares Cavalcanti
Maria de Fátima Bezerra Soares Cavalcanti
Membro

Emanoel Germano Pessoa da Silva
Emanoel Germano Pessoa da Silva
Assessor Jurídico
OAB/PE 22.433